



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680029 - SP (2021/0218577-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : THIAGO SANTOS DE SOUZA - SP198095
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO JESUS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO JESUS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 8 anos e 3 meses de reclusão, atualmente em regime fechado, pela prática do crime de roubo.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que proveu agravo em execução interposto pelo órgão ministerial, para determinar a realização de exame criminológico antes da concessão de progressão de regime em benefício do paciente.

Sustenta que o paciente preenche todos os requisitos legais para a obtenção do benefício.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja determinada a progressão do paciente ao regime semiaberto, independentemente da realização de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente